



MANIFesta
SERPA '03

V Assembleia do Desenvolvimento Local



Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.

1050-202 LISBOA

www.animar-dl.pt

www.facebook.com/associacao.animar

<https://agencianimar.com>

www.cidadaniaemportugal.pt

animar@animar-dl.pt

Telef.: 21 952 74 50/1

MAIO 2003

ÍNDICE

1. O Nosso Percurso	3
2. Serpa 20034	5
3. A Nossa Reflexão	6
3.1. A Sustentabilidade e Financiamento das OIDL	7
3.1.1 Reforço Externo do Movimento do DL	8
3.1.2 Reforço Interno das OIDL	11
3.2 A Visibilidade e Comunicação do Trabalho das OIDL	13
4. Depois de Serpa...	15

V ASSEMBLEIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

1. O NOSSO PERCURSO

Tudo começou com um grupo reduzido de pessoas, que rapidamente se alargou, e que pretendia realizar um encontro de **Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL)**, em Portugal. Um dos colaboradores sugeriu que a esse encontro se chamasse *MANIFesta*. Santarém foi o local escolhido para a primeira edição, em 1994. Seguiram-se Tondela, em 1996, Amarante, em 1998, Tavira, em 2001. Em 2003 foi a vez de Serpa.

Desde o seu despertar até hoje, o movimento do desenvolvimento do local e da cidadania activa em Portugal tem vindo a ganhar maior visibilidade e a conseguir níveis mais sólidos de organização. Estamos certos que as várias *MANIFesta*, cada uma da sua forma, em muito têm contribuído para este processo.

A **Assembleia da MANIFesta** pretendeu, desde o início, constituir-se como um espaço de reflexão e debate alargados, procurando envolver a multiplicidade de OIDL de todo o país.

Santarém e Tondela foram fundamentais para a construção colectiva do conhecimento sobre o Desenvolvimento Local (DL) em Portugal. No processo de preparação da *MANIFesta de Amarante* organizaram-se quatro encontros preparatórios, de norte a sul do país. Inovou-se no processo e chegou-se à Assembleia final com um “Projecto de Teses” e uma “Declaração-síntese”. Iniciava-se, assim, um novo ciclo no alargamento e consolidação do debate sobre as problemáticas do DL em Portugal.

A Assembleia de Tavira deu mais alguns passos em frente, tendo-se constituído como um momento refundador do movimento. Ambicionou-se uma Assembleia que continuasse a aprofundar o espírito de Santarém, Tondela e Amarante, dirigida para cinco objectivos centrais: (1) contribuir para avaliar o trabalho das OIDL, nos últimos 15-20 anos; (2) aprofundar o debate sobre a tipificação e a natureza das práticas das OIDL e organizações que se reconhecem como entidades de DL; (3) contribuir para a elaboração de uma “Carta de Relacionamento entre as OIDL e o Estado”; (4) identificar um conjunto de temáticas prioritárias, tendo em vista a definição de novas e urgentes linhas de intervenção no DL, respondendo aos desafios de um país e de um mundo em mudança; e (5) contribuir para reforçar o movimento de DL e da cidadania activa, através da clarificação e aprofundamento dos laços de relacionamento entre redes ou organizações nacionais e regionais e as organizações locais.

Tínhamos como objectivo **transformar a MANIFesta num verdadeiro processo participativo a nível nacional**. Foi com este entendimento que, numa primeira fase, se levou a *MANIFesta* às regiões e só depois se reuniram as regiões na *MANIFesta*, em Tavira.

Foram, assim, criadas as **Assembleias Regionais (AR)**. Estas tinham como missão cumprir três grandes objectivos: alargar o processo a outras organizações e pessoas que se revêem nos ideais do DL mas que nunca tinham participado nas *MANIFestas*; mobilizar as pessoas e as iniciativas de DL para participarem no evento final em Tavira; e promover um processo nacional de reflexão sobre as problemáticas actuais do DL, em Portugal.

O documento aprovado na Assembleia de Tavira assume a figura de agenda de trabalho do DL em Portugal para os próximos anos. São muitas as propostas lançadas, tantas quantos os desafios que se colocam às OIDL. Quer no quadro interno do movimento, quer na sua relação com outros – movimentos sociais, população, universidades, Estado, etc. – poderíamos dizer que o documento de Tavira é uma reflexão conjunta e aprofundada sobre o trabalho que as OIDL consideram importante desenvolver, tendo em vista a sua própria avaliação, reforço interno, afirmação pública e desafios futuros.

profissional, de criação de emprego, de educação de adultos, de intervenção sócio-educativa, de valorização dos patrimónios natural e cultural, de qualificação dos territórios, entre outras.

Através de processos de inovação, temos sabido diagnosticar reais necessidades e potenciar recursos inexplorados, tendo sido capazes, também, de forjar respostas para alguns dos problemas das comunidades mais deprimidas. **Temos agora que manifestar toda a nossa criatividade na construção da autonomia do Movimento do DL.**

É necessária a sensibilização e a participação de todos os sectores da sociedade portuguesa, públicos e privados, para que o nosso futuro não se torne numa fatalidade, mas se reconheça o papel fundamental dos cidadãos nas suas organizações de intervenção, e se acredite que o desenvolvimento local, em meio urbano como em meio rural, é não só possível como indispensável. Entre estas organizações, também **as OIDL precisam de reinventar o futuro** e lutar em conjunto pela sua autonomia, e pela autonomia, afirmação e maior poder social do Terceiro Sector.

No reforço da autonomia, no esclarecimento da nossa **identidade**, na assimilação plena das **gerações que abraçaram a causa do DL**, acreditamos que, com persistência, seremos um **parceiro social** activo e representativo. Temos um passado repleto de boas práticas e um **futuro por construir!**

*A Assembleia do Desenvolvimento Local,
reunida na MANIFesta 2003 - V Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local,
em Serpa, em 4 de Maio de 2003*

A “Agenda de Tavira” permanece actual, mas há ainda muito por fazer pelo DL em Portugal, tanto por parte dos poderes públicos, como por parte da sociedade civil organizada.

2. SERPA 2003

Para Serpa lançámos uma Assembleia com o objectivo de *aprofundar algumas das questões* lançadas no documento de Tavira. Quisemos que a nova Assembleia constituísse uma plataforma de aprofundamento da *autonomia* das organizações de DL em Portugal, em paralelo com uma maior **responsabilização**, neste domínio, das *instituições* públicas, aos níveis local, regional, nacional e europeu.

Elegemos, neste sentido, como prioridades de debate e reflexão nacionais dois temas essenciais:

A sustentabilidade e financiamento das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local;

A visibilidade e comunicação do trabalho das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local.

Entre Janeiro e Abril deste ano organizaram-se 14 Assembleias Regionais (AR), em todo o Continente e Ilhas, contando com a presença de mais de *três centenas de participantes*. Nos Açores e na Madeira demos mais alguns passos em frente. Estas AR permitiram ultrapassar, por momentos, algum peso da insularidade, reunindo organizações locais em torno das mesmas problemáticas e puxando o país numa mesma direcção. Ficou na vontade de todos a necessidade de dar continuidade a este tipo de encontros, promovendo a reflexão conjunta e a articulação local das entidades e destas com as do Continente. A *MANIFesta* cumpriu assim um dos seus grandes objectivos: **foi um processo que envolveu todo o país – Continente, Açores e Madeira!**

O que agora se apresenta é fruto das reflexões e debates tidos nas várias Assembleias Regionais e na Assembleia Final. Quisemos com este processo reforçar as redes regionais e nacional do DL em Portugal, assim como chamar ao movimento novos actores.

Aqui registamos alguns avanços:

Estimulámos um processo nacional que ajudou a debater e reflectir, por um lado, sobre a **sustentabilidade e financiamento** das OIDL e, por outro, sobre a **visibilidade e comunicação** do seu trabalho.

Contribuímos para elevar a **consciência sobre o valor e as potencialidades das OIDL**, sobretudo enquanto manifestações de uma cidadania activa e como veículos de construção de uma democracia mais participativa e de uma sociedade social e economicamente mais inclusiva.

Ajudámos a aprofundar a **autonomia do Movimento do Desenvolvimento Local**, não para nos isolarmos mas, muito pelo contrário, para participarmos com mais empenho e mais poder numa **maior integração e unidade do Terceiro Sector em Portugal**, intensificando o relacionamento com todos os movimentos sociais, particularmente os que assentam na cidadania activa e a fortalecem.

3. A NOSSA REFLEXÃO

Neste ponto apresentamos os principais resultados do conjunto de debates que culminaram na Assembleia de Serpa. Como preâmbulo ficam duas ideias chave sobre sustentabilidade e visibilidade, que marcam a inter-relação entre estes dois pontos e que constituem duas linhas mestras da nossa vocação:

A afirmação do Movimento do DL passa, em primeiro lugar, pela crescente valorização e promoção de espaços de participação organizada dos cidadãos e das comunidades locais. Esta participação está na essência do DL, fundado em princípios de construção da cidadania e da solidariedade, e constitui a base segura para criar alternativas sustentadas que respondam a situações de fragilidade e exclusão social e territorial. **Sem o reconhecimento e envolvimento activo dos cidadãos e das comunidades, o DL perderá a dimensão central da sua missão e não terá sustentabilidade social e política.**

4. DEPOIS DE SERPA...

A MANIFesta É SEMPRE UM NOVO PONTO DE PARTIDA! Assim sendo, a Assembleia de Serpa foi um momento intermédio de um processo, no qual se definiu uma estratégia para os próximos anos. **Daqui até à próxima MANIFesta vamos dedicar grande parte das nossas atenções à defesa e implementação das conclusões saídas de Serpa.**

A Assembleia de Serpa apela à **Animar**, às entidades promotoras locais e a todas as OIDL, para que se mobilizem no sentido de concretizar as seguintes medidas de actuação:

- I. Divulgar os resultados do trabalho da Assembleia de Serpa junto das populações, das OIDL, de outras organizações cívicas e solidárias e dos poderes políticos.
- II. Promover em cada OIDL uma reflexão sobre os resultados da *MANIFesta*, visando a sua implementação.
- III. Implementar as propostas saídas de Serpa em matéria de sustentabilidade, financiamento e visibilidade do trabalho das OIDL.
- IV. Continuar a trabalhar no sentido de reforçar e alargar a rede do DL, através de encontros regionais e de outras iniciativas conjuntas.
- V. Iniciar o processo de preparação da próxima *MANIFesta*, contemplando desde logo algumas das propostas deste documento, nomeadamente o envolvimento activo da comunicação social na Comissão de Promotores e na parceria organizativa.
- VI. Avaliar a implementação global da estratégia e proceder ao levantamento de novas temas de debate e frentes de actuação do movimento.

São muitos, e demasiadamente sérios, os desafios que se colocam às organizações de desenvolvimento local. **Queremos fazer parte da construção de um Portugal mais justo e solidário.** Temos procurado respostas viáveis e adequadas para os problemas concretos do quotidiano vivido por comunidades e grupos mais vulneráveis. O nosso desempenho tem-se consubstanciado em projectos de inserção territorial destes grupos, através de acções de animação local, de pré-formação ou de formação

mento das **interacções entre as OIDL e os centros de investigação**, ambos produtores de saberes que importa articular e potenciar.

Face à reflexão tida sobre a visibilidade e comunicação do movimento do DL, a **Assembleia de Serpa defende as seguintes propostas:**

- I. Que cada **OIDL defina a sua própria estratégia de comunicação, valorizando as suas iniciativas e projectos**, apresentando resultados e serviços disponíveis, tornado o DL mais próximo e compreensível do público e das instituições.
- II. Que invistam numa cooperação mais regular e sistematizada com os órgãos de informação, considerando-os **como parceiros e aliados estratégicos**.
- III. Que promovam a **formação dos seus técnicos na área da comunicação e informação**.
- IV. Que equacionem **mecanismos diversos de relacionamento com os órgãos informativos**, tais como: estabelecimento de relações pessoais com os *jornalistas*, criação de áreas/departamentos de comunicação dentro das OIDL, encontros regulares com órgãos informativos, envio de informação sistematizada, emissão regular de boletins informativos para as várias instituições da região.
- V. Que promovam **debates, seminários, oficinas de trabalho** com órgãos de comunicação social, delegações regionais dos vários ministérios, autarquias, universidades, empresas, tendo em vista aproximar o DL das instituições e da população portuguesa.
- VI. Que reforcem a **troca de informação entre si** e com os seus territórios, nomeadamente, através de encontros regulares, à imagem do que foi proposto no ponto relativo à sustentabilidade.
- VII. Que privilegiem a **relação do DL com os movimentos sociais**, nomeadamente, os ligados aos Forum Mundial, Europeu e Português.
- VIII. Que desenvolvam iniciativas dirigidas para o **intercâmbio entre teoria e prática**, estabelecendo **parcerias com centros de investigação**.

A **visibilidade** do nosso trabalho é também garantia da sua sustentabilidade. É factor de encorajamento, reforço da acção no terreno e mobilização dos cidadãos e comunidades. É base de reconhecimento pela sociedade. É instrumento de divulgação e transferibilidade dos nossos princípios e boas práticas. É, finalmente, **condição de afirmação social e política dum participado movimento do DL**.

3.1. A Sustentabilidade e Financiamento das OIDL

Há muito tempo que vamos ouvindo na sociedade portuguesa, de uma forma generalizada, que **2006 será um ano de mudança**. Com o alargamento a Leste e com a previsível redução dos Fundos Estruturais da União Europeia para Portugal, **o futuro torna-se incerto para muitas organizações e pessoas com intervenção cívica e solidária**, espalhadas um pouco por todo o país.

No caso das OIDL a situação é bastante preocupante, uma vez que grande parte dos meios de financiamento das suas actividades e equipas provêm dos Fundos Estruturais. Neste momento, em relação a esta matéria, **temos muitas dúvidas e poucas ou nenhuma certeza**. Contudo:

Estamos convictos que a nossa acção é fundamental para o desenvolvimento das comunidades locais e *tem tido impactes importantes*, nomeadamente, ao nível do emprego, da formação, da potenciação e valorização de actividades económicas, da promoção cultural, da qualificação ambiental, da oferta turística de qualidade;

Actuamos para e com as populações, construímos em conjunto respostas integradas, o que marca a especificidade da nossa abordagem;

Temos uma experiência de intervenção e um conhecimento do território únicos, adquiridos ao longo de vários anos;

Congregamos pessoas muito capazes para um trabalho de desenvolvimento local;

Consideramos imprescindível assegurar a *continuidade da nossa intervenção e da dinâmica por ela impulsionada*;

Constatamos que o nosso país continua marcado por fortes *assimetrias territoriais*;

Sabemos que o fluxo dos fundos estruturais será reduzido e que assim se corre o *risco* de privar as populações locais dos frutos deste trabalho;

Damo-nos conta de que até ao momento não existiu um *signal claro do poder político* para reconhecer o nosso trabalho como produção de um bem colectivo de interesse público;

Defendemos, portanto que urge estabelecer *novas formas de cooperação* entre o Estado e as Organizações Cívicas e Solidárias, nomeadamente as de Desenvolvimento Local, que se consubstanciem em formas de contratualização que nos reconheçam como verdadeiros interlocutores na promoção das pessoas e territórios;

Reconhecemos que as próprias OIDL terão também que encontrar *formas alternativas de auto-viabilizarem* parte dos seus serviços.

Nas Assembleias procurou-se reflectir sobre esta questão central para o nosso debate: **Como garantir a continuidade do trabalho das OIDL e a sua própria sustentabilidade?**

Uma primeira ideia a reter: a grande maioria das OIDL, apesar de estar consciente do futuro que se aproxima, **tem tido dificuldades em se preparar para as mudanças necessárias!** O contexto actual, nomeadamente as regras, os constrangimentos financeiros, o desconhecimento e a falta de debate sobre os possíveis cenários, geram incerteza e condicionam essa preparação.

Das Assembleias saíram reflexões e propostas. Foram defendidas **duas grandes frentes de trabalho para os próximos anos:**

- 1) reforço externo do movimento do DL; e
- 2) reforço interno das OIDL.

3.1.1 Reforço Externo do Movimento do DL

Todos sabemos que muitos dos problemas do nosso país, e das comunidades locais mais deprimidas em termos sócio-económicos, continuarão por resolver depois de 2006. As OIDL têm mostrado um pro-

V. Neste quadro de estratégia de sustentabilidade, é ainda fundamental que **as OIDL integrem e participem activamente nas plataformas locais e regionais de planeamento, concertação e gestão**, tais como: Redes Sociais, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Regional Agrário, Órgãos Consultivos das Comissões de Coordenação Regional.

3.2 A Visibilidade e Comunicação do Trabalho das OIDL

O **desenvolvimento local e o trabalho das OIDL têm permanecido**, muitas vezes, **num certo anonimato**. Apesar de considerarmos que a situação tem vindo a melhorar, é visível uma certa dificuldade em comunicar com os órgãos de informação. **Esquecemo-nos com frequência dos órgãos de comunicação social e dos “fazedores de opinião”**.

O **discurso do DL tem que ser compreensível para o exterior do movimento**. O dicionário do desenvolvimento local, do qual constam noções como as de participação da população, cidadania activa, economia social e solidária, desenvolvimento sustentável, entre outras, circulou e permaneceu compreendido, durante muito tempo, apenas num ciclo restrito de organizações e pessoas. **Temos de projectar para o exterior a paixão e o fascínio que sentimos pelo nosso trabalho**.

As *MANIFesta* têm constituído os momentos de maior visibilidade mediática do movimento do DL e da cidadania activa em Portugal. A nossa actividade e projectos não fazem manchetes, não são notícia, não mobilizam a comunicação social. **Queremos mudar esta tendência, porque o nosso trabalho tem sido prejudicado em termos de reconhecimento público por esta falta de ligação aos órgãos informativos!**

Também queremos reforçar a nossa ligação com **outros movimento cívicos e solidários**, partilhando preocupações, unindo esforços, conquistando apoios, ganhando, assim, maior visibilidade. A capacidade de afirmação do Movimento da DL passa pelo aprofundamento de relações com outros movimentos sociais.

A visibilidade do movimento pode também beneficiar do incre-

entidades prestadoras de serviços. A experiência e as competências adquiridas deverão ser valorizadas e potenciadas enquanto forma de *auto-financiamento* das OIDL. A diversidade de serviços prestados por estas poderá permitir viabilizar parte do seu funcionamento.

Face à reflexão tida sobre o reforço interno das OIDL, a **Assembleia de Serpa defende as seguintes propostas:**

- I. Que **cada OIDL reflecta e faça o balanço das suas competências** em matéria de produção e prestação de serviços. Numa sociedade de mercado aberto, só com *qualidade* e pela *diferença* nos poderemos afirmar na produção de bens e serviços, quer de interesse geral, quer de interesse particular. Esta reflexão poderá ser feita individualmente e em conjunto pelas OIDL numa perspectiva de trabalho em *cooperação mais estreita*.
- II. Que as OIDL fortaleçam esta valência de prestação de serviços através do **estabelecimento de parcerias estratégicas territoriais**, que permitam uma sustentação mais sólida do seu trabalho, num quadro que é de concorrência e competitividade.
- III. Que as OIDL apostem na **formação dos seus técnicos** em áreas potenciais de prestação de serviços: formação permanente, gestão, planeamento e avaliação, turismo, organização de eventos, produção de páginas Web e outros conteúdos informativos e prestação de consultorias especializadas, entre outros.
- IV. Que se **organizem encontros regionais**, no período que medeia as *MANIFesta*, que contribuam para o fortalecimento e cooperação entre as OIDL, e destas com outras organizações locais e regionais, assim como para a divulgação do seu trabalho. Estes encontros deverão conter também uma vertente de **Feira de Serviços**, no sentido de *informar a região* e as suas entidades sobre os serviços disponíveis, a que podem recorrer sempre que necessitem. Este seria um meio de criação, afirmação e divulgação de uma nova imagem das OIDL, e de possível estabelecimento de **plataformas regionais** constituídas por estas organizações e iniciativas.

fundo empenhamento cívico e uma boa capacidade técnica para gerir projectos e programas de apoio ao desenvolvimento destes territórios.

Acreditamos que em alguns domínios, sobretudo os que se referem aos públicos desfavorecidos, o Estado terá que continuar a financiar muitas das iniciativas e projectos que permitam inverter situações de pobreza e exclusão social e territorial. O Estado não deve demitir-se das suas obrigações a este nível e tem de encarar as **OIDL como um parceiro fundamental**. Até porque beneficiará do conhecimento do terreno pelas OIDL e de toda a experiência de trabalho adquirida ao longo de vários anos, o que oferece garantias relativamente à aplicação ponderada e certa de recursos cada vez mais escassos.

O Estado tem vindo, progressivamente, a demitir-se das suas funções. Neste processo, as Organizações Cívicas e Solidárias têm sido chamadas a ocupar-se de públicos e territórios desfavorecidos, incapazes de assumir o pagamento de serviços de que muito carecem. No entanto, quase nunca o Estado reconhece a essas entidades a competência de definir o quadro e as modalidades de tal prestação, assim como não lhes atribui os recursos necessários ao seu desempenho.

Em muitos outros países da União Europeia¹, têm-se desenvolvido esforços no sentido de clarificar, sob a forma de cartas de princípios e responsabilidades, o relacionamento entre o Estado e as organizações cívicas e solidárias. O Conselho Económico e Social, assim como a própria Comissão Europeia, já produziram documentação suficiente, na qual é dado a entender, aos Estados-Membro, a importância de um Terceiro Sector forte, organizado e articulado com o Estado para a resolução de problemas das sociedades nacionais e europeia. **Em Portugal esta articulação Estado - Terceiro Sector continua por clarificar.**

Os organismos públicos, locais e regionais, manifestam, não raras vezes, fraca capacidade técnica, logística e organizativa para dar resposta aos problemas colocados pelas populações, acabando por encaminhá-las para as associações locais. Frequentemente, **as OIDL são levadas a prestar serviços de natureza pública, sem que sejam reconhecidas e recompensadas por isso.**

1) Como é o caso da Inglaterra, Irlanda e França, entre outros.

Face à reflexão tida sobre o reforço externo do movimento do DL, a Assembleia de Serpa defende as seguintes propostas:

- I. É necessário um trabalho de **defesa política e técnica do Movimento do DL** e das suas organizações e iniciativas junto dos órgãos governativos nacionais e das instâncias europeias e internacionais. Inclusive, neste âmbito, propomos que a futura Constituição Europeia contemple um texto como “A União Europeia e os Estados-Membro facilitam as actividades autónomas das Organizações Cívicas e Solidárias, quando dirigidas para o interesse comum, de acordo com o “princípio da subsidiariedade”.
- II. É imperiosa a **definição de uma Carta de Princípios de Relacionamento entre o Estado e as OIDL** que clarifique esta relação. O estabelecimento de acordos entre o Estado e o Terceiro Sector **deverá assentar em princípios de co-responsabilização, consensualização e independência institucional**, não permitindo que as OIDL se transformem em extensões do próprio Estado ou alvo de manipulações marcadas por interesses alheios à sua missão.
- III. É necessária a **criação de contratos-programa entre o Estado e as OIDL**, com a definição clara de objectivos e responsabilidades. Estes contratos-programa devem permitir que as OIDL possam continuar a prestar *serviços de interesse público* às populações e que o Estado, reconhecendo esse interesse, *pague atempadamente essa prestação*.
- IV. Deve ser projectada a **criação de instituições mistas de concertação e de instrumentos fiscais e financeiros** (já existentes em tantos outros Estados-Membro da União Europeia) que regulem e *estimulem* a expansão e o funcionamento das Organizações Cívicas e Solidárias em Portugal.
- V. Deve ser manifestada, desde já, a vontade das OIDL em **participar no processo de preparação de futuros programas, nomeadamente, da negociação nacional do próximo Quadro Comunitário de Apoio**, podendo ser equacionada a criação de um grupo de trabalho específico para este efeito.
- VI. A especificidade das **problemáticas dos jovens**, as dificuldades das suas organizações e as potencialidades da sua intervenção, **exige**

uma atenção especial e formas continuadas de apoio técnico e financeiro por parte dos organismos competentes.

- VII. É necessária uma **reorganização do território nacional** e a definição de zonas de intervenção prioritária, na defesa de áreas deprimidas que exigem continuidade na atribuição de fundos estruturais nacionais e comunitários depois de 2006. O facto destes territórios se encontrarem inseridos em áreas mais vastas, que no global podem vir a apresentar valores de rendimento *per capita* acima da média europeia, pode vir a prejudicá-los pela limitação de acesso aos fundos comunitários.
- VIII. Para ajudar a concretizar as anteriores propostas, fortalecendo a capacidade de reivindicar e pressionar, deve ser equacionada uma política pró-activa de estabelecimento de **alianças com actores** exteriores ao movimento do DL, nomeadamente com as autarquias locais e suas associações representativas.

Para o reforço externo do movimento do DL apela-se a uma **intervenção activa da Animar** enquanto organização nacional bem posicionada para a defesa e afirmação das OIDL. Propõe-se a **criação de um Grupo de Missão que prepare uma proposta de Carta de Princípios de Relacionamento com o Estado**. Este Grupo deverá também trabalhar no sentido de encontrar junto dos organismos públicos centrais os interlocutores directos neste processo de criação de uma Carta de Princípios.

Para as restantes propostas propõe-se a **criação de grupos de trabalho** que tomem em mãos, a curto prazo, o cumprimento de objectivos específicos, podendo a **Animar** assumir a coordenação global e as necessárias articulações de todo o processo. À medida que este for avançando, devem ser marcados **Encontros Nacionais de OIDL** para fazer pontos de situação, reflectir sobre o percurso e definir ajustes de estratégias.

3.1.2 Reforço Interno das OIDL

Para além desta clarificação da relação com o Estado, as próprias **OIDL terão que manifestar a capacidade de se fazer valer enquanto**